



Federação
Portuguesa
CANOAGEM

REGULAMENTO DE **SLALOM** (Com anotações)

Em vigor a partir de 22 de janeiro de 2019

ÍNDICE

1.	DEFINIÇÃO.....	3
2.	PARTICIPAÇÃO	3
3.	ESCALÕES, CLASSES E CATEGORIAS.....	3
4.	EMBARCAÇÕES	4
5.	MANGAS	4
6.	TEMPO DE CONTROLO	5
7.	OFICIAIS	5
8.	INSCRIÇÕES.....	7
9.	ORDEM DE LARGADA	7
10.	PROGRAMA DA COMPETIÇÃO.....	7
11.	NUMEROS DE LARGADA	8
12.	MEDIDAS DE SEGURANÇA.....	8
13.	PERCURSO	9
14.	APROVAÇÃO DO PERCURSO.....	9
15.	LARGADA	10
16.	CHEGADA	10
17.	MARCAÇÃO DAS PORTAS	10
18.	PASSAGEM DAS PORTAS.....	11
19.	PENALIZAÇÕES	11
20.	SINAIS DOS ÁRBITROS DE PORTA	12
21.	DESOBSTRUÇÃO DO PERCURSO	12
22.	PERDA OU DANIFICAÇÃO DO EQUIPAMENTO DESPORTIVO	13
23.	VIRAGEM E ABANDONO	13
24.	CRONOMETRAGEM.....	13
25.	CÁLCULO DE RESULTADOS.....	13
26.	EMPATE.....	14
27.	DESCLASSIFICAÇÃO E ELIMINAÇÃO	14
28.	PONTUAÇÃO EM CAMPEONATOS NACIONAIS	15
29.	TAÇA DE PORTUGAL DE SLALOM.....	16
30.	CAMPEONATO NACIONAL DE ESPERANÇAS DE SLALOM	16
31.	OUTROS TROFÉUS	17
32.	DESISTÊNCIAS	17
33.	ACLARAMENTOS E PROTESTOS	17
34.	PUBICAÇÃO DE DOCUMENTOS E DORSAIS	17
35.	DISPOSIÇÕES FINAIS.....	18

1. DEFINIÇÃO

O objetivo de uma competição de Slalom é percorrer uma dada trajetória em águas bravas, determinada por portas, sem faltas, o mais rapidamente possível.

2. PARTICIPAÇÃO

2.1. Participação Mínima

Um atleta individual ou uma patrulha pode participar numa prova mesmo se for o único na categoria dele.

2.2. Título Nacional

Aplica-se o previsto no regulamento Geral de Competições, no que diz respeito ao título de campeão nacional

3. ESCALÕES, CLASSES E CATEGORIAS

3.1. Individuais

- a) Seniores K1, masculino e feminino;
- b) Júniores K1, masculino e feminino;
- c) Cadete K1 masculino e feminino;
- d) Veteranos A,B, C e D K1 e C1, masculino e feminino;
- e) Seniores C1 masculino e feminino;
- f) Seniores C2 masculinos e misto;
- g) Júniores C1 masculino e feminino;
- h) Júniores C2 masculinos e misto;
- i) Cadete C1 masculino e feminino;
- j) Cadetes C2 masculinos e misto;
- k) Infantis K1, masculino e feminino;
- l) Infantis C1, masculino e feminino.
- m) Menores K1, masculino e feminino

3.1.1.

Um atleta dentro da mesma competição pode participar em duas classes de competição e ainda numa terceira em C2 misto. Esta participação tem de ser no mesmo escalão

3.1.2.

Os Infantis podem participar nas provas de cadetes, juniores e seniores, mas o seu resultado não conta para a pontuação coletiva. No entanto a sua participação é considerada a nível individual para o pódio e títulos nacionais.

3.2. Patrulhas

As categorias de patrulhas são: só poderão incluir competidores que participaram nas categorias individuais:

- a) Júnior Feminino 3 x K1
- b) Sénior Feminino 3 x K1
- c) Júnior Masculino 3 x K1
- d) Sénior Masculino 3 x K1
- e) Júnior Feminino 3 x C1
- f) Sénior Feminino 3 x C1
- g) Júnior Masculino 3 x C1
- h) Sénior Masculino 3 x C1
- i) Júnior Feminino 3 x C2
- j) Sénior Feminino 3 x C2
- k) Júnior Masculino 3 x C2
- l) Sénior Masculino 3 x C2

3.2.1.

Um atleta dentro da mesma competição pode participar em patrulhas em duas classes de competição e ainda numa terceira em C2 misto. Esta participação tem de ser no mesmo escalão

3.2.2.

Um competidor pode participar numa categoria num escalão em patrulhas diferente da sua categoria do seu escalão individual.

3.2.3.

Só pode ser substituída uma embarcação de uma patrulha. Esta alteração deve ser comunicada, por escrito, ao Juiz Árbitro.

É possível fazer alterações de um membro de uma patrulha, devendo para tal ser apresentado ao Juiz árbitro até 15 minutos antes da manga em causa.

4. EMBARCAÇÕES

4.1. Limitações

K1	C1	C2	
350	350	410	Comprimento mínimo (cm)
60	60	75	Largura (cm)
9	9	15	Peso mínimo (kg)

4.1.1.

Todas as embarcações devem ter em cada extremidade um raio mínimo de 2 cm horizontalmente e 1 cm verticalmente.

4.1.2.

Não está autorizado o uso de lemes de direção seja qual for a embarcação. Quilhas são proibidas em todos os barcos. Qualquer objeto saliente do casco deve ser fabricado no molde do casco e não ser superior a 20mm e não mais estreito do que 8mm com um raio mínimo de 4mm em sua borda externa.

5. MANGAS

5.1. Tipologia de competição

As provas do Campeonato Nacional realizar-se-ão de acordo com o sistema A, e as demais provas realizar-se-ão de acordo com o sistema B, salvo determinação em contrário constante deste regulamento ou a fazer constar da ficha técnica da prova:

a) Sistema A:

- I. Uma competição constituída por três Mangas, onde se disputa uma manga eliminatória, uma Semifinal e uma Final.
- II. Para a semifinal são apurados os atletas Seniores, Juniores e Cadetes que superem o tempo de controlo estabelecido neste regulamento. Nas restantes categorias não existe tempo de controlo. Todos os participantes que terminem a manga eliminatória serão apurados.
- III. Para a final são apurados metade dos atletas participantes na Semifinal no máximo de 10 e mínimo de 3.
- IV. Caso para a semifinal sejam apurados 3 ou menos atletas, esta é considerada final.

b) Sistema B:

- I. Uma competição constituída por duas Mangas, onde se disputa uma manga eliminatória e uma Final.
- II. Para a final são apurados os atletas Seniores e Juniores e cadetes que superem o tempo de controlo estabelecido neste regulamento. Nas

restantes categorias de Veteranos, e Infantis não existe tempo de controlo. Todos os participantes que terminem a manga eliminatória poderão ser apurados.

c) Sistema C:

- i. A prova é composta por duas mangas, contando o melhor resultado. O atleta não é obrigado a competir nas duas mangas.

b. Sistema D:

- i. A prova é composta por uma manga única.

6. TEMPO DE CONTROLO

Para cálculo do tempo de controlo, utilizar-se-á a média das 3 melhores embarcações em prova na manga eliminatória.

O tempo de controlo aplica-se apenas na manga eliminatória.

Margem estabelecida:

- a) K1 Sénior Masculino – 140%
- b) K1 Júnior Masculino – 150%
- c) K1 cadete Masculino – 160%
- d) C1 Sénior Masculino – 155%
- e) C1 Júnior Masculino – 165%
- f) C1 Cadete Masculino – 175%
- g) K1 Sénior Feminino – 160%
- h) K1 Júnior Feminino – 170%
- i) K1 Cadete Feminino – 180%
- j) C1 Sénior Feminino – 180%
- k) C1 Júnior Feminino – 190%
- l) C1 Cadete Feminino – 200%
- m) C2 Sénior Masculino – 160%
- n) C2 Júnior Masculino – 170%
- o) C2 Cadete Masculino – 180%

7. OFICIAIS

7.1. Arbitragem

Uma competição de Slalom é orientada pelos seguintes oficiais:

- a) Juiz Árbitro
- b) Organizador Técnico
- c) Árbitros de Sector
- d) Árbitros de Largada
- e) Árbitros de Porta
- f) Controlador de Largadas
- g) Árbitros de Chegada
- h) Cronometristas
- i) Técnico de percurso
- j) Controlador de embarcações
- k) Oficial de Segurança

7.2. Funções dos oficiais:

O Juiz Árbitro - deve assegurar que a competição seja conduzida de forma adequada e em conformidade com os regulamentos da FPC e as regras da competição em si. Interpreta as regras da competição e pode desqualificar um concorrente ou dar um novo começo. Ele é responsável por todas as questões de julgamento (penalidades e tempo) durante a competição. Quando a competição conta com vídeo oficial, pode usá-lo para sua

informação e ajudar nas decisões que devem tomar para resolver consultas recebidas. No caso da aplicação de sanções, a sua decisão é a final, tornando-se o resultado oficial. Será responsável pela elaboração do relatório e envio dos resultados à FPC no fim da competição.

Organizador Técnico - é responsável por:

- I. - Preparação e desenvolvimento de toda a competição.
- II. - Determinação, instalação e operação de equipamentos técnicos para a competição.
- III. - O organizador técnico deve ser um membro do Comité de Aprovação do percurso.

Árbitro de Porta - é responsável por um julgamento correto nas portas atribuídas. Deve procurar o melhor local para uma adequada visualização das portas. Se possível, deve ser apoiado pelas observações dos juizes de porta adjacentes. Somente um juiz de porta, por cada setor, será nomeado para comunicar as penalidades para o secretariado. Cada penalização deve estar perfeitamente justificada e a infração que a originou descrita.

Árbitro de Largada - é responsável por assegurar que os competidores estão na ordem correta de largada. Pode negar acesso a um competidor se:

- I. - Não respeitar as regras de segurança.
- II. - Não se apresentar na largada na hora certa depois de ser chamado.
- III. - Não estar equipado corretamente ou não usar o dorsal apropriado.
- IV. - Não seguir as ordens do árbitro de largada.

Se houver qualquer anormalidade na saída, o árbitro de largada deve informar imediatamente o juiz árbitro para este decidir se autoriza ou valida a saída.

Árbitro de Chegada - é quem determina em que momento o atleta cruza a linha de meta de maneira correta.

Cronometristas - são os responsáveis de aferir o tempo de maneira correta.

Técnico de Percurso - é quem desenha o percurso de maneira que cumpra com o regulamento e garante que este não é modificado durante a prova.

Controlador de Embarcações - assegura que a embarcação, colete e capacete cumprem com o regulamento e estão em bom estado e sem alterações.

Oficial de Segurança - coordena a equipa de salvamento, assistência médica e outro pessoal de apoio, adequando a organização às condições e necessidades.

7.3. Comissão de Competição

7.3.1. A Comissão de Competição é formada pelos seguintes Oficiais:

- a) Juiz Árbitro (Presidente da Comissão de Competição)
- b) Organizador da Competição
- c) Representante Técnico da Federação Portuguesa de Canoagem
- d) Em caso de o organizador técnico coincidir com o representante técnico da federação, a comissão de competição contará com um terceiro elemento que será outro representante da Federação, ou na sua falta um elemento designado pelo juiz árbitro de entre os demais árbitros.

7.3.2. Compete à Comissão de Competição:

- a) Organizar a competição e supervisionar as classificações;

- b) No caso de mau tempo ou qualquer circunstância imprevista que torne impossível o desenrolar das provas, adiar a competição para data a ser designada pela FPC;
- c) Ouvir possíveis protestos e solucionar conflitos que surjam;
- d) Decidir sobre assuntos relacionados com desclassificações quando os regulamentos são infringidos durante uma prova.
- e) Ouvir a opinião do Árbitro que comunicou a infracção cometida, se isso for julgado importante para o esclarecimento, antes de ser tomada qualquer decisão.
- f) Desqualificar todo o competidor que se comporte impropriamente ou que pela sua conduta ou palavras revele desprezo para com os oficiais, outros competidores ou espectadores.

8. INSCRIÇÕES

As inscrições para uma competição devem ser feitas pela Associação ou Clube de acordo com as instruções referidas no convite ou ficha técnica.

9. ORDEM DE LARGADA

9.1. Categorias Individuais

A ordem de largada para a primeira prova da época é definida pelo ranking nacional estabelecido pelo Campeonato Nacional da época anterior, sempre ordenada por categorias. Os atletas que transitam de escalão serão rankeados depois de todos os atletas desse escalão que competiram no ano anterior.

Para as provas seguintes da mesma época será sempre a prova anterior de âmbito nacional que define a ordem de largada.

9.2. Patrulhas

Em patrulhas, a ordem de largada é feita a partir da média de resultados dos 3 melhores canoístas de cada Associação/Clube em cada categoria. A ordem de largada é inversa a esses resultados.

9.2.1.

Em casos anómalos a(s) patrulha(s) larga(m) em 1º lugar.

10. PROGRAMA DA COMPETIÇÃO

8h00 a 8h30 confirmação de inscrições

9h – Reunião de Delegados

9h30 – demonstração do percurso.

10h - Início da competição

Deverá existir um intervalo de 30 minutos entre a afixação de todos os resultados da Eliminatória/Semifinal e início da Semifinal/Final.

Os horários definitivos de uma competição serão apresentados no momento da reunião de delegados bem como a publicação final do Caderno da competição.

O horário da reunião de delegados e de início da competição poderão ser alterados, caso a organização assim o entenda, desde que sejam mantidos os espaços de tempo acima definidos.

A Federação Portuguesa de Canoagem, em articulação com a Equipa Técnica Nacional de Slalom e com o CNA poderá criar um protocolo específico para definir os procedimentos e metodologias administrativas e organizacionais a levar a cabo nas competições.

10.1. O resultado final prova será o seguinte:

- a) Os atletas não apurados para a Semifinal, ficam com o lugar da qualificação
- b) Os atletas apurados para a final, ficam com o lugar da final.
- c) Quando houver títulos a ser atribuídos, essa atribuição far-se-á sobre o resultado final.

11. NUMEROS DE LARGADA

Os números de largada devem ser fornecidos pelo Organizador e devem ter, pelo menos, 15 cm de altura e 15 cm de largura.

Devem estar, visivelmente, fixados no corpo dos competidores (podem ser dorsais ou coletes). Na C2, o número é colocado no atleta da proa.

Cada competidor é responsável pelo seu número de largada.

12. MEDIDAS DE SEGURANÇA

12.1. Pegas

Todas as embarcações devem ser insubmersíveis e estar equipadas, tanto na proa como na popa, com uma pega.

Podem ser consideradas pegas: laços de corda, pegas de fita, sempre que formem parte da construção da Embarcação.

Estas pegas devem permitir a inserção fácil de uma mão para agarrar subitamente a embarcação.

O material usado deve ter, pelo menos, 6mm de diâmetro, ou um mínimo de 2 x 10 mm (corte transversal).

Não é permitido isolar estas pegas

12.2. Capacete e colete

Cada atleta deve usar capacete de segurança apertado e um colete flutuante, ambos em boas condições.

O equipamento deve ser homologado nos termos da legislação em vigor.

A estrutura, forma ou composição do colete salva-vidas e capacete não devem ser modificados de forma alguma.

O colete flutuante deve conter material flutuante não absorvente igualmente distribuído, atrás e à frente, num colete ou casaco usado acima do torso superior, deve conter 6 Kg de material flutuante, devendo estar preparado para manter uma pessoa inconsciente a flutuar com a face voltada para cima.

O colete salva-vidas deve atender o padrão da indústria atual, ISO 12402-5 (nível 50) ou qualquer outra norma nacional que garanta o mesmo desempenho e pode ser registado pelo ICF.

Numa competição a flutuabilidade do colete salva-vidas poderá ser verificada através da fixação de um peso de aço inoxidável calibrado para 6,12 kg o qual deve ser colocado em água e ser mantido a flutuar.

Recomenda-se aos organizadores que verifiquem o material flutuante dos coletes e embarcações, tanto no início como no final da prova.

O capacete deve estar de acordo com a EN 1385 e pode ser registado pelo ICF.

Cada capacete deve estar marcado para que a seguinte informação seja facilmente visível para o usuário, e permanecer visível ao longo de sua vida útil para permitir o controle sobre ele:

- I. Número da norma europeia.
- II. Nome ou marca do fabricante
- III. Data de fabrico

12.3. Flutuabilidade da embarcação

O barco deve flutuar horizontalmente quando cheio de água. Em caso de dúvidas, o material flutuante das embarcações deve ser examinado.

12.4. Autonomia

Os competidores devem ser capazes de se desembaraçarem das embarcações sempre que necessário.

12.5. Impedimento de competir

No caso de se verificar a não observância das medidas de segurança, o Árbitro de Largada, Controlador de Largadas, o Controlador de embarcações, e o Juiz Árbitro não devem, cada um, de acordo com os seus deveres, permitir que o atleta inicie a prova.

13. PERCURSO

O Técnico de Percurso, nomeado pela FPC, é o responsável pelo design do circuito da prova.

O percurso deve ser completamente navegável, oferecendo as mesmas condições para atletas que tripulem uma C1 ou C-2, quer se sirvam da mão direita ou da esquerda. O percurso ideal deve incluir manobras de inversão;

O percurso não pode ter menos de 150 m 200 m e mais de 400 m de comprimento, devendo a medição ser feita desde a linha de largada até à linha de chegada;

A velocidade da corrente não deve ser inferior a 2m/s. Na medida do possível, o percurso deve ter obstáculos naturais e artificiais;

O percurso deve ter, no máximo, 25 portas e, no mínimo, 18, das quais 6 ou 8 devem ser contra a corrente (vermelhas);

É recomendável que o técnico de percurso elabore um design que permita aos atletas de K1 homem sénior realizar o mesmo, num tempo aproximado de 85 segundos.

Os organizadores devem escolher um percurso onde a prova decorra sem qualquer incómodo para o atleta. As portas devem estar colocadas com a apresentação correta claramente indicada (através da cor das traves e numeração), de modo a oferecerem espaço suficiente para permitir que uma passagem se efetue com facilidade, ou que uma penalização se possa fazer com toda a certeza;

Se durante uma prova, em qualquer categoria, o Juiz Árbitro verificar que se processou uma alteração significativa no nível da água, podendo este ser corrigido, deve mandar parar os atletas até que as condições originais da água sejam restabelecidas;

Se, durante a competição, circunstâncias excecionais alterarem a natureza ou o "design" do percurso, somente o Técnico de Percurso pode alterar ou modificar a posição de uma porta com o consentimento do Juiz Árbitro.

14. APROVAÇÃO DO PERCURSO

O design do percurso, realizado pelo Técnico de Percurso, será proposto à comissão de competição.

A aprovação do percurso proposto será aprovada pela comissão de Competição.

Os delegados dos clubes devidamente identificados poderão sugerir uma modificação ao percurso, durante a reunião de delegados. Esta sugestão deve ser analisada pela comissão de competição. A comissão de competição poderá solicitar a presença do Técnico de Percurso.

15. LARGADA

As largadas serão realizadas por categorias, com uma prova para todos os Atletas em C2, seguidos de todos os atletas, em K1 Masculino, K1 Feminino, C1 Masculino e C1 Feminino.

No caso de haver finais diretas, as mesmas decorrerão no mesmo horário das restantes; As largadas podem ser a favor ou contra a corrente. Não são permitidas largadas em diagonal, devido à direção da corrente.

Um Assistente do Árbitro de Largada deve segurar cada embarcação até à ordem da largada.

As embarcações devem estar paradas até à ordem da largada;

15.1. Patrulhas

Nas patrulhas, a segunda e a terceira embarcações, devem estar paradas (de preferência com alguém a segurá-las) até que a primeira embarcação inicie a prova.

15.1.1.

Em qualquer caso, se o Árbitro de Largada der instruções especiais, estas devem ser seguidas.

15.2. Tempo de largada

- a) Nas categorias individuais, o intervalo mínimo entre largadas é de 45 segundos.
- b) Nas categorias por equipas, o intervalo mínimo entre largadas é de 90 segundos.

15.3. Falsa largada

Só o Árbitro de Largada está qualificado para determinar se se verificou uma falsa largada e chamar o canoísta através de um sinal apropriado.

O Árbitro de Largada informa se deverá ser dada uma segunda largada de acordo com a decisão do Juiz Árbitro.

16. CHEGADA

A linha de chegada deve estar bem visível, delimitada de ambos os lados;

Uma prova termina quando o canoísta passa a linha de chegada;

Não deve passar essa linha mais do que uma vez correndo o risco de ser desclassificado dessa prova se o fizer de propósito.

A passagem na linha de chegada tem de ser realizada com pagaia agarrada em posição de remar, não podendo adianta-la para cruzar a meta antes da embarcação e corpo do atleta;

Se um atleta cruza a meta virado ou tendo abandonado completamente a embarcação, deverá ser desclassificado da manga pelo juiz de chegada;

16.1. Patrulhas

Em patrulhas, as 3 embarcações devem atravessar a linha de chegada com intervalos máximos de 15 segundos entre o 1º e o 3º.

17. MARCAÇÃO DAS PORTAS

As portas consistem em 2 barras suspensas, com riscas de 20 cm brancas e verdes ou vermelhas, alternadas, sendo que a mais abaixo será branca. O comprimento das barras

terá um mínimo de 1,6 metros e um máximo de 2 metros. Haverá uma risca preta de com o mínimo de 2 centímetros e o máximo de 2,5 centímetros no extremo inferior da barra.

As barras devem ser arredondadas, com o mínimo de 3,5 cm um máximo de 5cm de diâmetro e com peso suficiente para que o movimento causado pelo vento não seja excessivo.

Os painéis que contêm o número da porta devem medir 30x30cm. Os números devem estar escritos nos dois lados do painel, usando tinta preta numa base amarela ou branca.

Cada número e letra deve medir 20cm de altura e 2cm de espessura.

As portas devem estar numeradas, segundo a sua ordem de passagem.

No lado do painel oposto ao sentido correto de passagem, deverá ser pintada uma linha diagonal vermelha, desde a parte inferior esquerda à parte superior direita.

Os números devem estar bem visíveis para os árbitros que os estão a controlar.

A largura das portas será, no mínimo, 1,2 metros e 4 metros (máximo), devendo a medição ser feita entre as barras.

A extremidade inferior da barra deve estar 20cm acima da água, não devendo ser posta em movimento pela água.

18. PASSAGEM DAS PORTAS

É obrigatório a passagem das portas pela ordem numérica estabelecida e de acordo com a cor da porta, sentido descendente ou ascendente.

Em todas as circunstâncias o plano de porta refere-se a linha imaginária que une os extremos inferiores das duas barras. Em caso de que a porta esteja em movimento, o plano de porta define-se desde as extremidades externas e inferiores das barras projetadas verticalmente sobre a superfície da água.

Considera-se que a passagem de uma porta tem início no momento em que a cabeça de um dos atletas passe a linha imaginária entre as varas de uma porta, ou haja um toque numa vara de uma porta.

A passagem de uma porta considera-se concluída quando se inicia a passagem de uma qualquer outra porta ou quando se atravessa a linha de chegada.

É necessário cumprir as seguintes normas para se considerar uma passagem correta das portas:

- a) A embarcação ou uma parte da mesma e a cabeça dos atletas têm de atravessar a linha imaginária entre as varas pelo lado correto da porta e na direção correta do circuito.
- b) Considera-se que a embarcação (ou parte da mesma) atravessou a linha imaginária situada entre as varas no mesmo instante que as cabeças dos atletas estão a atravessar esta linha.
- c) A passagem correta de uma porta, sem tocar em nenhuma vara com o corpo, com a pagaia ou com a embarcação, será considerada uma passagem sem faltas.

19. PENALIZAÇÕES

19.1. Penalização de 2 pontos

Passagem correta da porta, mas com toque (s) numa ou nas duas barras.

Mais do que um toque na mesma ou em ambas barras conta apenas como uma penalização.

19.2. Penalização de 50 pontos

- a) Toque na porta (quer numa ou nas duas barras) sem ter efetuado uma passagem correta;
- b) Toque intencional na porta, a fim de permitir a passagem (não será considerado toque intencional, quando o corpo do atleta e respetiva embarcação já estava numa posição que lhe permitisse passar corretamente a porta);
- c) Passagem da porta numa direção diferente daquela indicada no plano do percurso. Durante uma passagem, nenhuma parte do corpo (tronco e cabeça) do atleta deve atravessar a linha da porta na direção errada.
- d) Porta não passada - Considera-se que uma porta não foi passada quando o atleta inicia a passagem da seguinte ou atravessa a linha de chegada.
- e) Quando uma equipa não atravessa a linha de chegada dentro dos 15 segundos, sofre também uma penalização de 50 pontos.
- f) Se a cabeça de um atleta cruzar a linha da porta quando este estiver virado. A penalização fica sem efeito se o atleta voltar e passar corretamente a porta.
- g) Se ao **cruzar** porta, alguma parte da cabeça cruzar a linha na direção contrária.
- h) Se no momento em que a cabeça cruza a porta não se encontra dentro da linha da porta pelo menos uma parte da embarcação. A penalização fica sem efeito se o atleta voltar e passar corretamente a porta.
- i) Se a cabeça não passa na íntegra a linha da porta. A penalização fica sem efeito se o atleta voltar e passar corretamente a porta.

19.3. Passagem de portas

As várias tentativas para passar uma porta não são penalizadas, se a cabeça do atleta não cruzar a linha entre as barras em sentido contrário.

19.4. Penalização máxima

A penalização máxima obtida numa porta é de 50 pontos.

20. SINAIS DOS ÁRBITROS DE PORTA

Cada grupo de árbitros de porta usa discos sinalizadores para comunicar com o Árbitro de Sector, assistentes e público:

- a) Disco vermelho, sinalizados com nº 50 nos dois lados
- b) Disco amarelo, sinalizado com o n.º 2 nos dois lados.

20.1. Sinais

Os sinais são feitos de acordo com o seguinte:

- a) Não será feito nenhum sinal se o atleta não cometer erros na passagem.
- b) Se à passagem for atribuída uma penalização, deve ser levantado um disco amarelo ou vermelho, de acordo com a falha cometida.
- c) Se o atleta for eliminado ou desclassificado, o Árbitro acenará com um disco vermelho.

21. DESOBSTRUÇÃO DO PERCURSO

21.1. Ultrapassagens

Se um atleta estiver a ultrapassar outro, este deve ceder passagem, podendo o Árbitro de Sector apitar repetidamente, para alertar o atleta.

21.2. Repetição de prova

Se um atleta for impedido por outro, deve repetir a sua prova, se autorizado pelo Juiz Árbitro.

22. PERDA OU DANIFICAÇÃO DO EQUIPAMENTO DESPORTIVO

Em patrulhas, pode ser utilizada uma pagaia extra de um dos outros membros da equipa.

Não é permitida a troca de pagaia ou embarcação durante uma manga exceto no acima mencionado.

23. VIRAGEM E ABANDONO

- A embarcação é considerada virada, quando o atleta (no caso do C2 um dos atletas) tem a cabeça completamente dentro de água.
- Caso o mesmo volte à superfície, é considerado um movimento de esquimotagem. No caso das patrulhas poderá existir uma ajuda para este movimento, entre membros da mesma equipa.
- A embarcação abandona determinada manga quando os atletas saem da sua embarcação ou quando cruzam a linha de meta virados. No caso das patrulhas, é considerado abandono quando um dos elementos sai da embarcação.
- Quando numa prova de patrulhas uma das embarcações abandona a manga, o seu abandono refletir-se-á na restante equipa.

23.1. Pontuação Individual e coletiva

Um atleta que abandone uma determinada manga, pontuará individualmente e coletivamente, sendo considerado, último classificado dessa manga, desde que cumpridos todos os requisitos do presente regulamento e regulamento geral de competições.

24. CRONOMETRAGEM

24.1. Tempo de prova

O tempo de uma prova começa a ser apurado quando:

- O atleta atravessa a linha de largada até que cruza a linha de chegada (na C2, o 1º que cruzar a linha);
- Em patrulhas, o tempo começa a ser apurado aquando da partida da 1ª embarcação e até à chegada da última.

25. CÁLCULO DE RESULTADOS

25.1. Fórmula

É usada a seguinte fórmula para calcular os resultados:

$$\text{Tempo de prova (em segundos)} + \text{Penalização} = \text{Resultado}$$

25.1.1. Exemplo para pontuação individual

Tempo da prova: 2'20"8 = 60+60+20.8 = 140.8

Penalizações: 2+2+50 = 54

Total: 194.8

25.1.2. Exemplo para pontuação por equipas

Tempo da prova: 3'18"0 = 198.0

Penalização da 1ª embarcação: 180.0

Penalização da 2ª embarcação: 220.0

Penalização da 3ª embarcação: 280.0

Total: 878.0

NOTA: O tempo de prova corresponde ao tempo decorrido entre a largada da 1ª embarcação e chegada da última.

25.2. Afixação dos resultados

A partir do momento em que os resultados de uma prova de um determinado atleta ou equipa são conhecidos, devem ser anunciados o número de largada, penalizações e tempo, e afixados no local já designado para o efeito até que termine o prazo para apresentações de protestos.

26. EMPATE

Se dois ou mais atletas ou equipas obtiverem o mesmo resultado com a sua melhor manga, serão desempatados com outra manga.

Se mesmo assim continuarem com o mesmo resultado, será declarado um empate.

No caso de embarcações que atinjam a final ou a semifinal e tenham a mesma prestação e que origine um empate, será atribuído o mesmo número de pontos

27. DESCLASSIFICAÇÃO E ELIMINAÇÃO

27.1. Apoio Exterior

Um atleta que aceite "apoio exterior" pode ser desclassificado pelo Juiz Árbitro, depois de ter sido informado oficialmente por um dos árbitros.

Considera-se "apoio exterior":

- a) todo o apoio prestado a um atleta ou a sua embarcação
- b) dar, passar ou atirar a um atleta uma pagaia ou a sua pagaia original (perdida);
- c) direcionar, empurrar ou mover a embarcação por alguém que não o próprio atleta;
- d) dar diretrizes aos atletas através de aparelhos eletroacústicos ou radiotelefone (e. telefone entre o atleta e outra pessoa).
- e) O referido no ponto 22

27.2. Outras

- a) Um Atleta que pretenda vencer uma competição irregularmente (sem cumprir os regulamentos) ou que conteste a sua validade é desclassificado.
- b) Se um atleta for forçado, por outro, a não seguir os regulamentos, a Comissão de Competição decidirá a sua desclassificação da competição ou não.
- c) Se um atleta iniciar a prova numa embarcação que não corresponde aos requisitos, será desclassificado dessa prova.
- d) Um atleta, que durante a prova de patrulhas seja desclassificado, toda a equipa será eliminada e deve retirar-se imediatamente do percurso.
- e) Após um abandono, os atletas não estão autorizados a passar intencionalmente pelas portas seguintes, sob pena de desclassificação.
- f) Um atleta que não esteja preparado para largar à hora marcada pode ser desclassificado da manga, se houver negligência de sua parte.
- g) Qualquer atleta, cujo comportamento interfira com a ordem e o decorrer da competição pode ser desclassificado.

27.3. Pontuação a aplicar

O atleta que seja desclassificado de uma determinada manga pelos motivos acima mencionados pontuará individualmente e coletivamente, sendo considerado, último classificado dessa manga, desde que cumpridos todos os restantes requisitos do presente regulamento e regulamento geral de competições.

Não terá qualquer tipo de pontuação aquele atleta que ao longo de uma qualquer competição seja desclassificado pela comissão de competição.

28. PONTUAÇÃO EM CAMPEONATOS NACIONAIS

28.1. Categorias

A prova é aberta às seguintes categorias

- a) Seniores;
- b) Júniores
- c) Cadetes
- d) Infantis
- e) Veteranos A, B,C e D

28.2. Pontuação

As categorias de Veteranos e Infantis não pontuam para a classificação coletiva.

28.3. Categoria de abridores

É permitida a participação de uma categoria de abridores, que não pontuam para a pontuação coletiva e individual da prova. Estes realizam o número de mangas, conforme definição da ficha técnica da prova. Esta participação deve estar identificada na ficha técnica da prova.

Estes atletas, que podem ser de qualquer escalão identificado no ponto 3 do presente regulamento devem ser agrupados numa única categoria e ordenados por escalão e género.

Não é possível participar na categoria de abridores e em outra categoria na mesma competição ou campeonato.

O número de mangas a realizar por esta categoria deve ser definida em Ficha técnica da competição.

28.4. Esquema de Pontuação

Classificação	Pontuação
1º	34
2º	28
3º	22
4º	16
5º	14
6º	12
7º	10
8º	8
9º	6
10º	4
11º	2
(...)	2

28.4.1.

O sistema é válido para provas individuais e de patrulhas

28.5. Pontuação coletiva

- a) A pontuação é atribuída por categorias.
- b) Um clube pontua com todas as suas embarcações classificadas para a Semifinal ou Final.
- c) A pontuação coletiva final corresponde à soma da pontuação individual com a pontuação das patrulhas.
- d) Apenas os atletas apurados para a Semifinal ou Final pontuarão coletivamente.
- e) A publicação dos resultados deve ser feita por categorias.

- f) A posição que um atleta conquiste com a passagem à Semifinal ou Final não fica prejudicada, quer para efeitos de pontuação, quer para efeitos de pódio, com a eventual desclassificação numa manga de final, desde que nesta participe.

29. TAÇA DE PORTUGAL DE SLALOM

29.1. Categorias

As mesmas do Campeonato Nacional.

29.2. Pontuação Individual

Nesta competição haverá um ranking correspondente à soma dos pontos somados pelo atleta no total das provas.

29.3. Classificação Coletiva

A classificação final coletiva, será obtida pelo somatório dos pontos obtidos em todas as provas da Taça de Portugal.

29.3.1 As categorias de Veteranos e Infantis não pontuam para a classificação coletiva.

30. CAMPEONATO NACIONAL DE ESPERANÇAS DE SLALOM

As competições do Campeonato Nacional de Esperanças de Slalom são regidas pelo articulado que precede, exceto nos seguintes pontos específicos.

30.1. Categorias

O Campeonato Nacional de Esperanças de Slalom destina-se aos canoístas, inscritos na FPC das categorias de Menores, Iniciados e Infantis, Cadetes.

30.2. Classes e categorias

- a) K1 Menores masculino e feminino
- b) K1 Iniciados masculino e Feminino
- c) K1, C1 e C2 Infantis masculino e feminino
- d) K1, C1 e C2 Cadetes masculino e feminino

30.3. Percursos

O percurso será composto por um número mínimo de 10 portas e máximo de 14 portas

30.4. Tipo de Água

As provas do Campeonato Nacional de Esperanças de Slalom devem ser realizadas em águas de Grau I ou Grau II

30.5. Formato de competição

A prova é composta por duas mangas, contando o melhor resultado (Sistema C).

30.6. Programa

O Campeonato Nacional de Esperanças de Slalom será disputado num mínimo de 2 e num máximo de 5 provas, em que existe uma pontuação individual e colectiva ao longo de cada uma das competições.

Pontuação

Apenas as categorias de menores, iniciados, infantis e cadetes pontuam.

30.7. Outras categorias

Os atletas das demais categorias podem participar nas provas de Campeonato Nacional de Esperanças de Slalom como abridores.

- a) As suas provas realizar-se-ão antes das demais e podem ser cronometradas para efeitos de aferição.
- b) Não será contabilizada a sua participação, quer para efeitos de classificação individual ou coletiva, ranking nem pódio.

31. OUTROS TROFÉUS

Podem ser organizadas competições de cariz nacional ou internacional, às quais sejam aplicadas regras diversas das aplicáveis aos circuitos, taças e campeonato.

Essas competições devem ser propostas pelos clubes, associações ou outras organizações, identificando o figurino de organização.

No figurino dessas competições tem de ser assegurados os princípios elementares do desporto, bem como as regras básicas da disciplina relativas à colocação de portas, cores e sinalética, arbitragem, penalizações e pontuação.

As organizações propõem as características especiais relativas à organização, largadas, classificação final, categorias, etc.

Essas características serão consideradas aprovadas a quando da publicitação da ficha técnica por parte da Federação Portuguesa de Canoagem.

Estas competições não pontuam para o ranking nacional de clubes.

Deverão sempre, em qualquer circunstância, ser assegurados os objetivos de promoção e dignificação da modalidade e da disciplina, e a verdade desportiva.

32. DESISTÊNCIAS

A desistência de uma inscrição é considerada definitiva e nunca será permitida a renovação da inscrição da mesma tripulação.

33. ACLARAMENTOS E PROTESTOS

Apenas o delegado de cada clube pode fazer consultas e apresentar protestos.

O delegado do clube dispõe de 5 minutos após a publicação dos resultados para efetuar consultas sobre as penalizações e os tempos.

Se não estiver de acordo com a informação prestada e sempre dentro dos mesmos 5 minutos poderá manifestar a sua intenção de apresentar um protesto;

Uma vez manifestada a intenção de apresentar o protesto, o delegado dispõe de 20 minutos para a sua formalização.

Não é devido qualquer encargo pelas aclarações.

A apresentação de um protesto obriga à prestação de um depósito definido anualmente pela direção da FPC.

34. PUBLICAÇÃO DE DOCUMENTOS, CORTES E DORSAIS

34.1. Caderno Provisório

O caderno de prova será publicado 72 horas antes da competição, conforme previsto no Regulamento Geral de competições. O mesmo será apresentado sem dorsais atribuídos e ordenado por ranking e categorias.

Após a publicação do Caderno provisório da competição o delegado do clube/Associação deverá confirmar a participação dos atletas no secretariado da competição, onde poderá realizar cortes às suas embarcações previamente inscritas durante o horário previsto e publicado na ficha técnica, estes cortes tem de taxa ,de valor a definir anualmente pela direcção da FPC e a pagar no momento da realização dos mesmos.

34.2. Caderno Final

No final do secretariado da prova, onde será efetuada a confirmação de todas as inscrições por clube e realizados os cortes indicados por cada clube, será publicado e afixado até 1 hora antes da competição o caderno final com os dorsais atribuídos a cada atleta.

A todos os atletas que não participem na manga eliminatória será cobrada uma taxa ao clube/Associação por embarcação de valor a definir anualmente pela direcção da FPC, exceto em casos de força maior devidamente justificados.

34.3. Dorsais

Depois da reunião de delegados será entregue a cada clube, através do seu delegado, devidamente identificado, todos os dorsais atribuídos com base no caderno final da prova. Será entregue junto com esses equipamentos uma listagem dos números e atletas, que deve ser assinada em cópia e ficar na posse do responsável do secretariado. Os mesmos serão entregues mediante um depósito de uma taxa a definir anualmente pela direcção da FPC. Essa taxa deve ser entregue em dinheiro. O valor será devolvido no final da competição, quando os mesmos forem devolvidos, devidamente ordenados, pelo delegado do clube e conferidos no secretariado da prova.

No caso de não serem entregues no final da mesma, não será devolvido o valor de depósito. Esta regra aplica-se no caso de não devolução de todos os dorsais previamente entregues.

34.4. RESULTADOS

Durante a prova serão publicados os detalhes das penalidades e tempos de cada atleta, estes resultados serão apresentados sem ordenação classificatória, mas por ordem de largada. Este documento deve ter a hora de afixação assinada pelo Juiz Árbitro da prova. Estes resultados provisórios serão afixados em grupos de 10 atletas ou sempre que a comissão de competição desejar.

Após o término do prazo de protesto, serão afixados os resultados ordenados pela classificação. A partir deste momento não serão aceites e realizadas quaisquer alterações aos resultados afixados.

Estes resultados serão afixados sem o detalhe das penalidades.

35. DISPOSIÇÕES FINAIS

Todas as questões não incluídas neste regulamento estarão restringidas pelo Regulamento Geral de Competição da Federação Portuguesa de Canoagem.